

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES CONTEMPORÂNEOS NA CIDADE DE MÉDIO PORTE DE SANTA MARIA-RS

*CONTEMPORARY OPEN SPACE SYSTEM OF THE MEDIUM SIZE CITY OF
SANTA MARIA-RS*

Luis Guilherme Aita Pippi

Arquiteto e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e líder do Grupo de Pesquisa Planejamento Ecológico da Paisagem e sua Base para o Estudo e a Estruturação do Sistema de Espaços Livres na Cidade de Santa Maria e Regiões Circundantes
e-mail: guiamy@hotmail.com

Camila Lorenci Mallmann

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), estudante da Especialidad en Planificación y Diseño del Paisaje, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina (UNC).
e-mail: camimallmann@hotmail.com

Caroline Lorenci Mallmann

Engenheira florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
e-mail: carol.mallmann@hotmail.com

Cássio Lorensini

Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
e-mail: cassio.lorensini@terra.com.br

Daiane Regina Valentini

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestranda em Geomática na Universidade Federal de Santa Maria.
e-mail: arqvalentini@yahoo.com.br

José Luiz de Moura Filho

Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz (UNISC).
e-mail: zecamoura@smail.ufsm.br

Larissa Carvalho Trindade

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
e-mail: larissacarvalhotrindade@gmail.com

Marcos Fontoura Cartana

Arquiteto e urbanista pela UFSM, mestrando em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, do PPGEAC da UFSM. Arquiteto e urbanista da Prefeitura da Cidade Universitária da UFSM.
e-mail: mcartana@mail.ufsm.br

Renata Rotta

Arquiteta e urbanista pela UFSM, mestranda em Conforto Térmico e Ambiental, do PPGEAC da UFSM. Professora substituta do DAU – UFSM.
e-mail: arqrotta@gmail.com

Thaís Caetano Bochi

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

e-mail: thaisbochi@hotmail.com

RESUMO

Este artigo visa apresentar, caracterizar e analisar o sistema de espaços livres da cidade de Santa Maria-RS, de maneira contextual às investigações organizadas pelo grupo QUAPÁ-SEL do Laboratório da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O conteúdo está ordenado nas seguintes etapas: introdução ao núcleo de estudos do sistema de espaços livres de Santa Maria, estrutura de trabalho e breve apresentação da cidade; caracterização da paisagem natural e evolução da ocupação urbana; análise dos atributos das diferentes categorias de espaços livres santa-marienses diante dos agentes de intervenção. Tendo em vista a compreensão inicial de especificidades de Santa Maria e de seus espaços livres fundamentais, lançam-se bases para o aprofundamento, na seqüência de trabalho, sobre a sistemática de espaços livres e sua relação com a esfera pública local dentro do contexto brasileiro. A concepção, o planejamento e a manutenção de tais espaços, com o envolvimento de múltiplos personagens, buscam reverter a escassez de áreas destinadas à recreação e ao lazer público urbano, garantir a perpetuação de locais fundamentais para a coletividade e cidadania, bem como suprir as carências e necessidades comunitárias.

Palavras-chave: Sistema de espaços livres, esfera pública, planejamento da paisagem, paisagem cultural, cidadania.

ABSTRACT

This paper aims to present, characterize and analyze the open space system of the city of Santa Maria-RS as part of the investigations organized by the QUAPA-SEL group from the Laboratório da Paisagem of the Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. The paper has been organized into the following sections: introduction to the Santa Maria open space system study nucleus and a brief presentation of the city; characterization of the natural landscape and evolution its urban occupation; and analysis of the attributes of the different categories of open spaces in Santa Maria considering different agents of intervention. Given an initial understanding of the specific characteristics of Santa Maria and its main open spaces, bases have been established for a subsequent investigation, extending to include the systematic approach to open spaces in relation to the local public sphere within the Brazilian context. The conception, planning and maintenance of these spaces, with the participation of multiple agents, aims to revert the lack of areas destined toward recreation and urban public leisure, guarantee the perpetuation of areas fundamental for community and citizenry, as well as to meet specific community needs.

Key words: *Open space systems, public sphere, landscape planning, cultural landscape, citizenship.*

1 – INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com grande diversidade paisagística e cultural; logo, intui-se que sejam igualmente variados seus espaços livres urbanos constituintes. Este artigo pretende contribuir para o projeto de pesquisa nacional desencadeado pelo QUAPÁ – SEL do Laboratório da Paisagem da FAUUSP que visa aprofundar as discussões sobre os espaços livres urbanos das cidades contemporâneas brasileiras e seu papel na constituição na esfera pública. De tal modo, propõe-se abordar e investigar o sistema de espaços livres (SEL) da cidade de Santa Maria-RS, buscando o aprimoramento das pesquisas, conceitos, metodologias e proposições dentro do âmbito da arquitetura paisagística.

1.1 – O núcleo

Inicialmente, o núcleo de estudos SEL-Santa Maria se organizou com base em trabalhos de pesquisa, de extensão e de final de graduação, desenvolvidos no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que abordam, direta ou indiretamente, os espaços livres. Em seguida, devido às especificidades abordadas, profissionais de outras áreas (Engenharia Florestal e Direito) foram agregados ao grupo, conferindo uma certa interdisciplinaridade ao debate.

A estruturação metodológica tem buscado direcionar a pesquisa a três níveis de trabalho: **escala macro** (região e município); **escala meso** (perímetro urbano) e **escala micro** (recorte de bairros e de espaços livres expressivos). A pesquisa está organizada em três etapas:

Etapla teórico-conceitual: fase de revisão teórica dos conceitos. Em conclusão.

Etapla contextual: caracterização do contexto da cidade de Santa Maria e de seu sistema de espaços livres. Em andamento, e os resultados parciais dessa etapa são apresentados neste artigo, de maneira sintetizada.

Etapla operacional: fase de análises, de espacializações e de elaboração de diretrizes de planejamento para os espaços livres nas três escalas de abordagem. A ser iniciada.

1.2 – A cidade

No contexto da pesquisa nacional, Santa Maria possui a particularidade de ser uma cidade de médio porte do interior do sul do país. O município de Santa Maria está situado na região central do Rio Grande do Sul e possui uma área de 1.779,6 km², população de 258.834 habitantes, dos quais 248.490 urbanos, e densidade demográfica de 145,4 hab./km² (FEE, 2008)¹. Quanto às características naturais da paisagem, a cidade se encontra em uma área de transição entre a Mata Atlântica e o Pampa Gaúcho e no divisor de águas de duas bacias hidrográficas, a do Ibicuí (oeste) e a do Jacuí (leste). Os morros do Planalto Basáltico, a norte, são formações de destaque na paisagem.

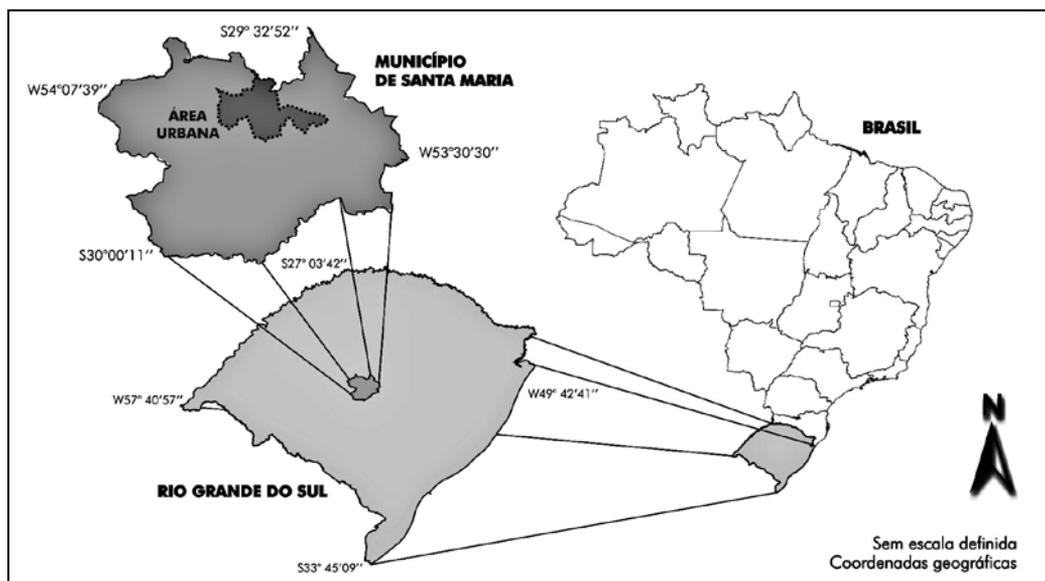


Figura 1: Localização de Santa Maria
Crédito: Autores, 2008

A economia da cidade possui alta participação do setor terciário, no qual se salientam o comércio e a prestação de serviços (militares, educacionais e médico-hospitalares). Contudo, o setor primário, representado pela agropecuária, também exerce uma função econômica significativa (PREFEITURA DE SANTA MARIA, 2008).

A malha urbana é bastante adensada na área central e apresenta uma linearidade acentuada no sentido leste-oeste, aspectos esses reforçados e incentivados pelo Plano Diretor aprovado em 2005. Atualmente, a paisagem santa-mariense enfrenta um processo de crescente degradação, o que denota os resultados de seu planejamento fragmentado e descomprometido com as qualidades de vida e a preservação ambiental. Desse modo, os espaços livres de Santa Maria são tratados com baixo grau de importância e de valorização pelo poder público. Já a coletividade tem demonstrado ser capaz de apropriar-se desses espaços diferenciadamente, imprimindo um caráter na cidade, estritamente relacionado com a utilização de seus espaços livres.

2 – CARACTERIZAÇÃO DE SANTA MARIA

2.1 – Paisagem natural

Cinco elementos básicos devem ser mencionados para descrever a paisagem natural de Santa Maria: clima, relevo, vegetação, rede hídrica e solo. Parte-se do pressuposto que essas informações são fundamentais, não somente para definir a paisagem da cidade e de seu entorno, como também para auxiliar na futura elaboração de diretrizes de planejamento e gerenciamento do sistema de espaços livres apresentado neste artigo.

Conforme a classificação de Köppen, Santa Maria apresenta clima temperado chuvoso e quente do tipo Cfa. As precipitações são regulares ao longo do ano, com



Figura 2: Área urbana de Santa Maria vista a partir do planalto
Crédito: L. G. A. Pippi

índices pluviométricos de 1.500 a 1.750 mm e temperatura média anual de 18° C, sendo a média das máximas do mês mais quente 32°C e, das mínimas do mês mais frio, de 9° C (TREVISAN, 1998).

Na classificação de Walter, sobre os zonobiomas terrestres, o estado do Rio Grande do Sul é enquadrado no Zonobioma V: clima temperado úmido, correspondente à vegetação natural de florestas sempre verdes (BURIOL, 2007). Entretanto, apesar de o estado apresentar um clima típico de florestas, cerca de 46,3% de sua vegetação natural é formada por áreas de campo (MARCHIORI, 2002, 2004). Para Marchiori (2004), mais do que na disponibilidade de clima e solo, a distribuição e formação da vegetação devem ser buscadas em suas vinculações com o relevo.

O município de Santa Maria está em uma região de transição de relevo entre a depressão periférica sul-riograndense e o planalto da bacia do Paraná. Portanto, apresenta áreas correspondentes à formação florestal (bioma Mata Atlântica) e à formação campestre (bioma Campos Sulinos). A estrutura da Floresta Estacional Decidual é representada por dois estratos distintos: um emergente aberto e decíduo, com altura variando entre 25 e 30 m, e outro dominado e contínuo de altura não superior a 20 m, formado, principalmente, por espécies perenifólias, além de um estrato de arvoretas.

No contato entre as duas unidades de relevo, encontra-se o rebordo do planalto, marcado por áreas de relevos profundamente dissecados, constituídos por escarpas e morros-testemunhos (camadas de rochas vulcânicas da formação serra geral), intercalados por arenitos eólicos (formação Botucatu) e fluviais (formação Caturrita). A grande quantidade de cursos d'água existente no município forma uma área sedimentar com considerável número de planícies aluviais, destacando-se as várzeas do rio Vacacaí-Mirim (Leste), do arroio Cadena (Oeste) e do rio Vacacaí (Sul).

Os solos predominantes são os alissolos (44%), argissolos (25%), neossolos (8%) e planossolos (23%), visto também ocorrerem pequenas áreas de cambissolos e gleissolos. As classes pertencentes aos alissolos e argilossolos, extremamente representativas no município, apresentam alta fragilidade à degradação ambiental, principalmente no que tange à erosão hídrica superficial (PEDRON, 2006).

Maciel Filho (1990) descreve, agrupa e mapeia os fatores geotécnicos restritivos à ocupação em Santa Maria, identificando cinco zonas: sem restrições, de proteção, desfavoráveis, que exigem recuperação, e não-adequadas. A figura, a seguir, apresenta

o cruzamento dessas informações com a imagem de satélite atualizada da cidade, com o diferencial de não conter as zonas que exigem recuperação, por essas serem pontuais e, portanto, de difícil representação.

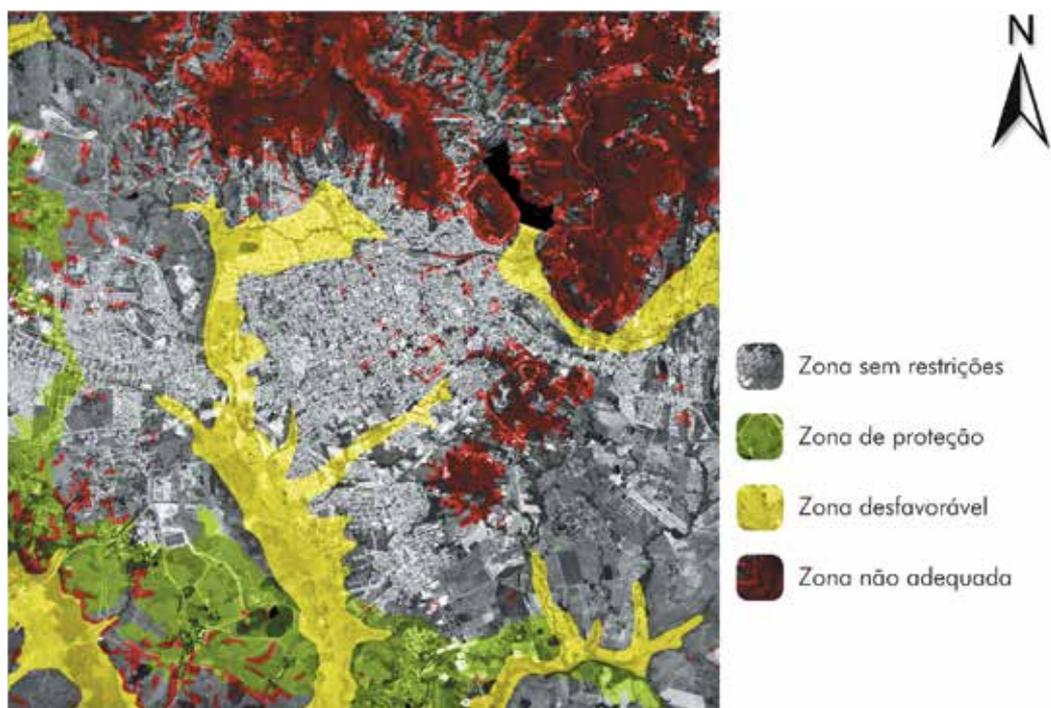


Figura 3: Condicionantes à ocupação

Crédito: Elaboração dos autores, 2008, a partir de Maciel Filho, 1990, e de Google Earth, 2008

As zonas de proteção estão associadas à área de recarga do aquífero principal, aos aluviões do arenito basal e às margens dos rios. Já as zonas desfavoráveis são constituídas por planícies inundáveis ou várzeas, com solos de baixa capacidade de suporte. No ápice restritivo, as zonas não-adequadas possuem declividades superiores a 15% e/ou instabilidade de taludes (MACIEL FILHO, 1990).

Concorda-se, portanto, com Serra (1987), afirmando que Santa Maria é rica em suas formas naturais, seja devido à sua localização no centro geográfico do Rio Grande do Sul, seja no meio da depressão leste-oeste, ou no divisor de águas Jacuí-Ibicuí; ao cenário único formado pela encosta do planalto, ao norte, e pelas planícies aluviais, ao sul, ou ao “rendilhado” de sua rede hídrica. Ainda de acordo com o autor, “a forma dessa grande adaptação do espaço natural chamada Santa Maria está profundamente marcada pelo desenho do espaço natural, como não podia deixar de ser” (SERRA, 1987, p. 134).

2.2 – Aspectos históricos e evolução urbana

“[...]a graciosa Santa Maria, fagueira e tranqüila na encosta da serra, emergindo do verde-negro da

montanhas cobertas de espessas e sombrias florestas. A aldeia compõe-se atualmente de cerca de 30 casas, que formam um par de ruas, onde existem várias lojas, muito bem montadas. A capela, muito pequena, fica numa praça, ainda em projeto” (SAINT-HILAIRE, 1974, apud MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 26).

Por meio da análise de relatos e dados históricos, nota-se que o desenvolvimento urbanístico foi impulsionado pela implantação da Viação Férrea em 1885, com a linha ferroviária inicial Cachoeira-Santa Maria. Com o entroncamento das vias ferroviárias, Santa Maria se tornou o principal ponto de encontro entre a fronteira (Uruguiana), Porto Alegre e o resto do país. Sendo assim, a avenida Rio Branco, que liga o centro à Estação Ferroviária, tornou-se uma das principais vias da cidade, com estabelecimento de comércio e de hotéis que atendiam às necessidades dos viajantes. Devido a essa importância e desenvolvimento, naquela época os espaços públicos centrais eram relativamente bem planejados e administrados, contando com ruas e calçadas largas, canteiros bem arborizados com passeios e áreas de descanso, além de praças como a Saldanha Marinho.



Figura 5: Estação Ferroviária de Santa Maria no início do século passado
Fonte: MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 98

Em 1909 foi instalado o primeiro quartel general do exército na cidade, dando início ao serviço militar (RECHIA, 1985), atividade aprimorada, gradativamente, nos anos seguintes e que representou um novo estímulo ao crescimento santa-mariense. Mais tarde, com a implantação do campus da Universidade Federal de Santa Maria em 1960, a cidade passou a ser reconhecida como “cidade universitária”.



Figura 6: Avenida Rio Branco na década de 1950
Fonte: MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 271



Figura 7: Foto aérea de Santa Maria no final da década de 1930
Fonte: MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 246



Figura 8: Campus da UFSM na década de 1970

Fonte: Acervo Prefeitura da Cidade Universitária/UFSM

Serra (1987) esclarece que a evolução urbana de Santa Maria acentuou o vetor leste-oeste de crescimento, que se apoiou nas condições oferecidas pelas planícies do arroio Cadena e do rio Vacacaí-Mirim. Segundo Salamoni (2002), é possível identificar como principais elementos atratores a Viação Férrea, a norte, na primeira fase, e o campus universitário e base aérea, a leste, em um segundo momento. No sentido oeste, pode-se citar o Distrito Industrial e, com implantação mais recente, o campus da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), que estimulam o avanço da malha urbana para essa porção da cidade. Desse modo, tem-se uma expansão que pode ser chamada de natural, na qual a apropriação de novos espaços e o preenchimento de vazios urbanos ocorre de forma gradual ao longo dos atratores (equipamentos urbanos, rodovias, localização e situação geográfica privilegiadas, infra-estrutura).

A ilustração, a seguir, demonstra a direção da ocupação e evolução urbana de Santa Maria. As setas vermelhas indicam as expansões que já ocorreram ou que estão em andamento e, as setas verdes, as tendências de expansões futuras (SALAMONI, 2002).

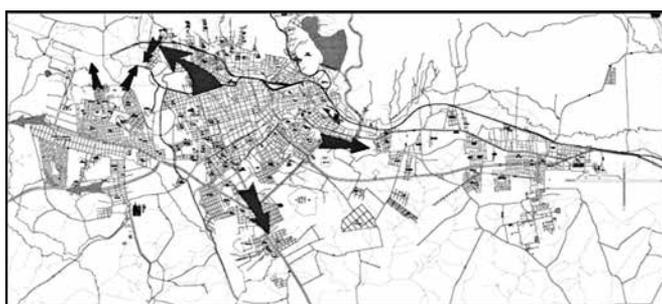


Figura 9: Evolução urbana de Santa Maria

Fonte: SALAMONI, 2002

3 – SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE SANTA MARIA

3.1 – Caracterização

A exemplo da maioria das cidades brasileiras, o sistema de espaços livres de Santa Maria é resultante de um planejamento voltado estritamente à malha urbana edificada,

que não reconhece e tampouco potencializa o papel dos espaços livres urbanos (MAGNOLI, 2006). De tal modo, salvo raras exceções, esse sistema se construiu com base em espaços residuais, não-ocupados por razões comumente ligadas a impossibilidades físicas ou de propriedade fundiária.

Ainda assim, os espaços livres se revelam essenciais para a vida santa-mariense. Mesmo carecendo de estrutura, manutenção e demais políticas apropriadas, em geral tais áreas são amplamente utilizadas pela população, o que confirma não só a necessidade básica da existência desses espaços, como também seu imenso potencial subproveitado.

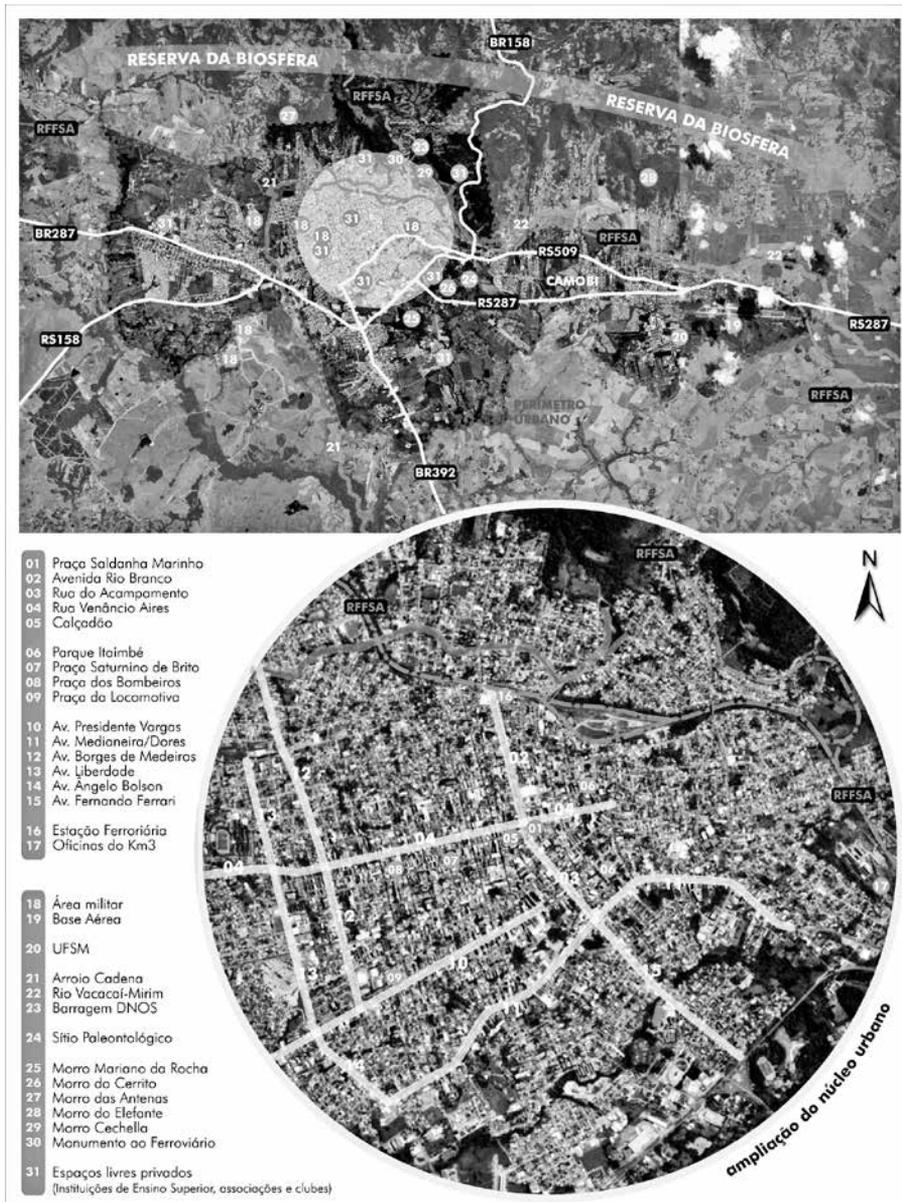


Figura 10: Espaços livres fundamentais da cidade de Santa Maria
Crédito: Autores, 2008

Nesse contexto, uma das áreas com maior relevância é o centro de Santa Maria, caracterizado pela presença de espaços livres públicos tradicionais: praça, avenida, *boulevard* e vias. Espaços como a praça Saldanha Marinho, a avenida Rio Branco, as ruas do Acampamento, a Venâncio Aires e a primeira quadra da rua Bozano (transformada em Calçadão em 1979) estão presentes desde o embrião da cidade. São locais de fácil acessibilidade, freqüentados e utilizados por diferentes grupos sociais, entretanto, tratados pelo poder público de maneira desarticulada e sem comprometimento com sua qualidade e funcionalidade. Exemplo disso são as últimas intervenções realizadas nesses locais, as quais apresentam soluções, no mínimo, equivocadas.

As características fundiárias da malha urbana estavam relacionadas, inicialmente, com o padrão colonial de assentamento, com edificações dispostas nos lotes sem recuos laterais e frontais, mas com grandes pátios nos fundos (MACEDO, 1995). De tal modo, que os lotes nas áreas de urbanização inicial são estreitos e compridos e, às vezes, possuem córregos hoje canalizados.

Nota-se que com a valorização imobiliária dessas áreas, as edificações antigas são demolidas para dar lugar a edifícios mistos ou residenciais multifamiliares, os quais, obedecendo às exigências atuais de afastamentos e visando sempre ao aproveitamento máximo da área edificada, resultam em forma de fita, ocupando toda a área possível do lote. Em quarteirões que ainda possuem lotes com ocupação no padrão colonial, é nítida a diferença que os pátios arborizados provocam em seu entorno: modificam o microclima, facilitam a ventilação e a iluminação de prédios voltados a eles e permitem a presença de vegetação e avifauna no meio urbano.



Figura 11: Visual para a área central de Santa Maria
Crédito: LORENSINI, 2008

Na seqüência evolutiva da ocupação urbana, outros espaços livres fundamentais para Santa Maria foram criados e/ou consolidados, entre os quais o Parque Itaimbé, as praças Saturnino de Brito e a dos Bombeiros (Prof. Mello Barreto) e o largo da Locomotiva (Ipiranga). Esses locais apresentam uma problemática similar a dos demais espaços livres públicos centrais citados anteriormente.

“As poucas áreas verdes destinadas ao lazer e à recreação – o Parque Itaimbé e as praças – são espaços pouco atrativos e estão sendo subutilizados pela comunidade devido à falta de tratamento paisagístico adequado e à

incompatibilidade das atividades às necessidades dos usuários. Além disso, percebe-se a desconexão entre esses espaços, fator que dificulta o equilíbrio entre as diferentes funções da cidade.” (LORENSINI et. al., 2007)

Igualmente, devido à expansão da malha viária, ao longo dos anos, estabeleceram-se novas áreas de circulação, como as avenidas Presidente Vargas, Medianeira e Nossa Senhora das Dores (sentido leste-oeste), avenidas Borges de Medeiros e Liberdade (sentido norte-sul) e avenidas Ângelo Bolson e Fernando Ferrari (sentido noroeste-sudeste). Todas possuem canteiros centrais, geralmente arborizados e são caracterizadas por uso misto predominantemente comercial e de serviço. Assim como no restante da cidade, é privilegiada a circulação veicular. Apesar de melhor dimensionados, os passeios variam em largura e nem sempre são conservados, não há ciclovias ou corredores de ônibus e, com exceção de trechos das avenidas Borges de Medeiros e da Presidente Vargas, os canteiros centrais não permitem apropriação e uso por parte da população.

Ainda há uma tendência atual de transformação de rodovias em vias urbanas, motivada pela ocupação de suas bordas. Em trechos viários já englobados pela urbanização, mas ainda com características morfológicas e utilitárias de rodovias, observam-se situações de perigo e desconforto para todos os seus usuários. São emblemáticos os casos das RS-509 e RS-287, conhecidas, respectivamente, como Faixa Velha e Faixa Nova, que ligam o centro de Santa Maria a Camobi, seccionando Camobi; da BR-392 na zona sul, que divide os bairros Urlândia, Lorenzi e Tomazetti, e da BR-287, na zona oeste, que segrega bairros como Pinheiro Machado e Juscelino Kubitschek.

Os espaços livres oriundos das atividades ferroviárias e militares merecem destaque por suas dimensões e distribuição no tecido urbano de Santa Maria. Uma vez que o transporte ferroviário foi reduzido consideravelmente, restando apenas o transporte de cargas, uma série de estruturas ligadas à ferrovia está desativada ou sendo usada parcialmente. É o caso do entorno da antiga estação ferroviária central, da faixa de domínio dos trilhos e de uma grande área livre próxima ao rio Vacacaí-Mirim, a qual fazia parte da área de manobra das antigas oficinas ferroviárias do Km 3.

As áreas militares, por outro lado, ainda estão em pleno uso e não permitem acesso livre por parte da população. Presentes em diferentes pontos da cidade, as principais unidades dentre as 21 organizações militares são: a Base Aérea (em Camobi), o Comando da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (na avenida Borges de Medeiros, zona centro-oeste), o Parque Regional de Manutenção (na margem oeste do arroio Cadena), 7ª e 29ª Batalhões de Infantaria Blindada (a sudoeste), Regimento Malet (bairro Passo D’Areia, zona centro-oeste) e Brigada Militar (bairro Nossa Sra. das Dores, zona nordeste). Uma peculiaridade da Brigada Militar é a de possuir uma pista de caminhada aberta ao público, muito utilizada por moradores de seu entorno.

Serra (1987) descreve bem o papel urbano que as áreas ferroviárias e militares desempenham:

“Algumas dessas áreas, pela rigidez que assumem no seu uso, transformam-se em óbices institucionais a reorientar ou a impedir o desenvolvimento da mancha urbana em determinadas direções.” (SERRA, 1987, p. 138)

Todavia, como o próprio autor realça, não se deve encarar a conformação de barreiras apenas de maneira negativa. Tais locais resultaram em um resguardo de áreas livres, conferindo uma certa proteção do ponto de vista ambiental (caso das instalações militares a sudoeste e junto do Cadena, por exemplo) e representando possibilidades únicas de conexão urbana e de reestruturação do sistema de espaços livres (como no caso da faixa de domínio dos trilhos).

O campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Camobi, pode, igualmente, ser considerado um óbice institucional. Sua instalação, a partir da década de 1960, estimulou o crescimento da cidade em direção a leste, acentuando sua linearidade. Entretanto, Camobi se desenvolveu de maneira tímida quando comparada com outras áreas junto de campi federais, de modo a ainda possuir diversos vazios urbanos com características agrícolas. Apesar disso, a grande zona urbana de Camobi (zonas centro-leste e leste) não dispõe de áreas verdes projetadas para o lazer e o campus da UFSM acaba por suprir, de maneira parcial, essa carência.

Em relação às áreas naturais, o sítio de Santa Maria apresenta grandes oportunidades que facilmente atenderiam às adequações apontadas por Macedo (1995) quando da avaliação de espaços livres: funcional, ambiental e estética. São áreas como as várzeas do arroio Cadena e do rio Vacacaí-Mirim, os morros-testemunhos Mariano da Rocha e Cerrito, os morros do rebordo do planalto, o sítio paleontológico do morro da Ale-moa, a barragem do rio Vacacaí-Mirim e a própria Reserva da Biosfera (REBIOS)². No entanto, a ocupação indiscriminada das margens dos rios e a crescente expansão em direção às encostas, aliadas à falta de investimentos públicos para a efetiva proteção e utilização coerente dessas áreas, têm acarretado diversos problemas ambientais e sociais.

Na área da barragem do rio Vacacaí-Mirim (conhecida como barragem do DNOS), em especial, as atividades de cunho recreativo tiveram grande destaque no início do século passado, durante os anos de existência do Parque da Montanha Russa, extinto em 1932. Na década de 1970, a área foi objeto de diretrizes para a implantação de um projeto de paisagismo orientado por Roberto Burle Marx, mas sem efetiva aplicação. O plano diretor vigente prevê a criação de um parque ambiental associado à Reserva da Biosfera e a uma Área de Proteção Ambiental (APA). Entretanto, até agora, apesar de algumas movimentações, nenhuma medida efetiva foi tomada.

Os morros oferecem condições únicas de contemplação da paisagem santa-mariense, mas são locais inseguros e sem infra-estrutura adequada para a visitação. Exemplos desses são: os morros das Antenas (zona norte), o do Elefante (zona leste – Camobi) e o Cechella (zona nordeste). Próximo ao morro do Cechella há um mirante construído em 1934 em uma pequena elevação no bairro Itararé, o Monumento ao Ferroviário. Infelizmente, o local se encontra abandonado, precisando, urgentemente, de reparos e de facilitação ao seu acesso, o que envolve, também, investimentos em segurança.

Alguns espaços livres de propriedade privada se salientam na trama urbana pelo uso a eles associados. O parque da Basílica da Medianeira e a Associação dos Ex-alunos Maristas são áreas com acesso livre para a população em geral e, portanto, utilizados consideravelmente. O primeiro possui maior acessibilidade e é utilizado para diferentes fins, de festividades religiosas e passeios informais a espetáculos musicais e instalações de parques de diversões itinerantes. Já o segundo apresenta acessibilidade reduzida, geralmente relacionado ao uso do automóvel, mas é muito utilizado como local de caminhadas. Por outro lado, clubes privados de lazer e esporte possuem acesso restrito e podem estar inseridos na malha urbana, como o Clube Recreativo Dores, o Avenida Tênis Clube e o Clube de Atiradores Esportivo, ou então, em áreas menos adensadas, como a sede campestre do Clube Recreativo Dores e o Clube Náutico.

3.2 – Esfera da vida pública

Ao analisar a apropriação pública dos espaços livres, é imprescindível a menção aos fatores culturais que a condicionam. O hábito de tomar chimarrão, por exemplo, é



Figura 12: Calçada
Fonte: LORENSINI, 2008



Figura 13: Quadras poliesportivas do Parque Itaimbé
Fonte: LORENSINI, 2008

um costume que distingue as cidades gaúchas e sua vida pública. Dessa maneira, em espaços livres, de fato, utilizados, é muito comum a presença de grupos de pessoas tomando mate, em qualquer época do ano. O “mate no Calçadão” é um dos hábitos mais característicos e fortes da cidade de Santa Maria e responsável pela reunião de diferentes faixas etárias e grupos sociais, geralmente nos fins de tarde. Ocasionalmente, também são promovidas “mateadas” em outros espaços livres como postos de gasolina, praças e no Parque Itaimbé. Esse costume cultural é responsável pelo estímulo ao convívio em sociedade.

Santa Maria se diferencia, também, por não ter seguido por completo a tendência de abandono do centro. Com exceção da avenida Rio Branco, o centro permanece muito utilizado, habitado e valorizado. Geralmente é tido como vitrine de diferentes gestões administrativas, que tendem a imprimir sua marca em alguma reforma pontual. É um dos locais com maior diversidade cultural e, assim sendo, com mais grupos participando em sua apropriação e discussão, mesmo essa ainda ocorrendo de maneira tímida e incipiente.

Outro atributo da cidade está atrelado ao aspecto religioso. Anualmente, em novembro, acontece a Romaria Estadual de Nossa Senhora Medianeira, uma procissão que percorre as principais vias, do centro ao Parque da Medianeira. Fiéis de diferentes cidades, principalmente oriundos da região central do RS, vêm a Santa Maria para essa ocasião, quando, por um dia, ruas centrais são fechadas à circulação de veículos e tomadas por um verdadeiro mar de pessoas.



Figura 14: Multidão na Romaria Nossa Senhora da Medianeira
Fonte: GERLOFF, 2008

Há outros momentos de marcado convívio público em Santa Maria que também contam com uma ocorrência anual consagrada, constituindo quase um calendário de eventos municipais. Em fevereiro, o carnaval de rua se dá na avenida Liberdade. Em maio, mês de aniversário da cidade, é montada uma estrutura na praça Saldanha

Marinho para abrigar a Feira do Livro. No mesmo local, mas em julho, há exibição de filmes em um telão no anfiteatro, durante a realização do “Santa Maria Vídeo e Cinema”. Em agosto, promovido por um jornal local, ocorre o “Dia do Vizinho”, que consiste em diversas atividades organizadas por vizinhos em suas próprias ruas. Já em setembro a avenida Medianeira é palco para o desfile tradicionalista do Dia do Gaúcho, muito mais concorrido que as próprias comemorações da Semana da Pátria, no mesmo mês. No fim do ano, a base aérea libera o acesso às suas instalações durante a EXPOAER, quando há mostras de balonismo e da Esquadilha da Fumaça, entre outros eventos.

Todas essas atividades possuem um certo prestígio e são, em menor ou maior grau, ocasiões nas quais se vislumbra a interação entre diferentes agentes sociais na construção da cidadania.

No decorrer da vida cotidiana, foram atribuídas especificidades a alguns espaços públicos que resultaram em distinções de usuários e atividades. Pode-se exemplificar esse fenômeno por certas áreas centrais como a praça dos Bombeiros, que se tornou conhecida por pessoas que passeiam com animais de estimação, acontecendo até mesmo campanhas de vacinação e feira de doação de animais; a praça Saturnino de Brito, popular nos últimos anos entre os estudantes, que a utilizam para trotes universitários e como local de paquera, de encontro e de ócio, e a avenida Presidente Vargas, lugar tradicional de comemorações relacionadas a vitórias esportivas ou políticas.

Um fato curioso de apropriação de espaços de propriedade privada, mas com acesso público, é o movimento em torno de postos de combustíveis, notadamente de um situado na avenida Fernando Ferrari. Nos fins de semana, jovens estacionam seus carros em suas proximidades e permanecem por longos períodos conversando, ouvindo música e consumindo bebidas alcoólicas. Tem-se conhecimento de outras cidades sulistas que compartilham essa cultura dos postos, o que deflagra a falta de outras oportunidades urbanas de lazer e de convívio público para essa faixa etária.

Quanto aos espaços livres naturais, observa-se uma mínima relação de identidade e de apropriação por parte da comunidade santa-mariense. Essa postura de baixa valorização favorece a degradação ambiental e interpreta os elementos naturais urbanos, principalmente os rios, como obstáculos a serem vencidos. Na cidade que já foi conhecida como “Santa Maria da Boca do Monte”, inclusive os morros, que estão relativamente bem preservados, são negados: basta comparar imagens atuais com antigas para perceber como se tem permitido o estabelecimento de um conjunto edificado que barra as visuais para os morros, distanciando-os da vida diária.

Por outro lado, essa mesma população que ocupa, canaliza e retifica rios e volta as costas para seu entorno natural, recorre, no verão, aos balneários situados em seus distritos ou em cidades vizinhas. Nesses locais, o contato com a natureza é retomado, momentaneamente, em churrascos junto de córregos, trilhas para cachoeiras, sítios de fim de semana (a desejada “casa na serra”) ou açudes próprios para o banho. É claro que, nesse movimento em direção ao interior, ficam evidenciadas as diferenças sociais, existindo locais nitidamente populares em contraponto a outros elitistas, apesar de todos serem propriedade privada.



Figura 15: Junção de pessoas em posto de combustíveis
Fonte: CARTANA, 2008

3.3 – Espaços livres fundamentais

Dentro do sistema de espaços livres, utilizou-se a categorização proposta pelo Grupo QUAPÁ-SEL, núcleo São Paulo, como modelo para identificar, em uma escala local, alguns espaços significativos dentro da malha urbana da cidade de Santa Maria. Por meio de visitas aos locais, utilização de imagens de satélite (meramente ilustrativas) e fotografias pontuais das áreas, foi possível arrolar suas principais características, eventuais conflitos e potencialidades, além do modo de apropriação por parte da comunidade, resultados sintetizados nos quadros a seguir.

3.3.1 – Espaços livres públicos do sistema viário

Espaço livre	Avenida Rio Branco
Caracterização	Bulevar originário do final do séc. XIX, com importante papel de conexão entre a estação ferroviária e o centro da cidade. Com a degradação dessa região, sua importância social, conformação e usos originais foram perdidos
Conflitos	Comércio informal, falta de mobiliário urbano, vegetação sem princípio compositivo e excessiva em alguns trechos, descaso em relação à acessibilidade universal e abandono. Perda da identidade
Potencialidades	Patrimônio histórico, espaços de convívio, resgate histórico cultural da mancha ferroviária, potencial turístico
Usos públicos	Comércio informal na maior parte e, em alguns pontos, é utilizado para convívio e chimarrão pelos moradores das proximidades



Figura 16: Avenida Rio Branco
 Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 17: Canteiro central em frente da catedral: Vegetação significativa e comércio informal
 Fonte: Acervo pessoal de Cássio Lorensini, 2005

Espaço livre	Calçadão (primeira quadra da rua Dr. Bozano)
Caracterização	Peatonal da área central, existente desde 1979. Constitui-se em marco referencial e ícone da identidade da cidade. Seu entorno é comercial e residencial. É um importante local de convívio dos santa-marienses
Conflitos	Poluição visual, mobiliário urbano e revestimentos inadequados, falta de áreas sombreadas e aspecto árido. Foi reformado no ano de 2005 por motivos de segurança, tendo sido descaracterizado, levando à perda parcial de sua identidade
Potencialidades	Convívio social e valorização, comércio local, extensão de sua área, conformando uma grande peatonal central com a praça Saldanha Marinho e viaduto Evandro Behr
Usos públicos	Convívio social, local de encontro e ponto de referência. Utilizado aos finais de tarde e finais de semana entre os jovens para o chimarrão e encontros



Figura 18: Calçadão
 Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 19: Vista do Calçadão
 Fonte: Acervo pessoal de Cássio Lorensini, 2005

Espaço livre	Faixa de domínio da rede ferroviária
Caracterização	Faixas <i>non aedificandi</i> ao longo das linhas ferroviárias. Constituem-se em corredores de espaços livres
Conflitos	Ocupações irregulares, depósito de lixo e insegurança
Potencialidades	Utilização para parques e/ou corredores de conexão entre os diversos espaços livres, conformando um sistema. Peatonais, ciclovias, acessibilidade, transporte ferroviário, potencial turístico, vegetação. Ligação leste-oeste da cidade
Usos públicos	Caminho de pedestres, porém, sem condições de segurança



Figura 20: Faixa de domínio da rede ferroviária
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 21: Trilhos e faixa de domínio no km 3
Fonte: TRINDADE, 2006

3.3.2 – Espaços livres públicos de convívio e lazer

Espaço livre	Praça Saldanha Marinho
Caracterização	Principal e mais antiga praça da cidade. Já passou por diversas remodelações; entretanto, conserva alguns elementos originais, como o chafariz. Em seu entorno estão localizados importantes prédios históricos. Está conectada com o Calçadão. Atualmente passa por reformas
Conflitos	Apropriação indevida do espaço público pela existência permanente de bancas de artesanato, comércio informal e uso constante para feiras, o que dificulta o trânsito de pedestres e a utilização das áreas de convívio e de contemplação. Banheiros públicos, mobiliário urbano e pavimentação sem conservação adequada
Potencialidades	Convívio social, contemplação, potencial turístico e cultural, valorização patrimonial da área central da cidade
Usos Públicos	Local de convívio e de eventos como o Festival de Cinema, a Feira do Livro e feiras de produtos coloniais



Figura 22: Praça Saldanha Marinho
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 23: Praça em dia de feira
Fonte: Acervo de Cássio Lorensini, 2005

Espaço livre	Largo da viação férrea
Caracterização	Largo de acesso à antiga Estação Ferroviária de Santa Maria, prédio tombado como patrimônio histórico-cultural em âmbito estadual, vem sofrendo restaurações e sendo destinado para usos como do brique da estação e ateliê de exposições artísticas
Conflitos	Não existe tratamento paisagístico e infra-estrutura adequada para abrigar os eventos a que se destina
Potencialidades	Espaço para manifestações culturais, patrimônio histórico, resgate histórico-cultural, grande espaço livre para feiras ocasionais
Usos públicos	Eventos como comícios, shows, manifestações artísticas e culturais e feiras de artesanato



Figura 24: Largo da viação férrea
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 25: Largo e antiga estação ferroviária
Fonte: Acervo pessoal de Cássio Lorensini, 2008

Espaço livre	Parque Itaimbé
Caracterização	Principal e maior parque público da cidade, localizado em sua zona central. Construído sobre o arroio Itaimbé (canalizado). Possui áreas de brinquedos, quadras poliesportivas, quiosques, centro de atividades múltiplas e espaços gramados e arborizados
Conflitos	Apesar da importância na cidade, sua abrangência é restrita à zona central. O mobiliário urbano é deficiente: não existem bebedores e sinalização, por exemplo. A iluminação não é adequada, o que contribui para a insegurança à noite
Potencialidades	Amplios espaços livres para lazer, contemplação e práticas desportivas
Usos públicos	Lazer, práticas desportivas, eventos culturais e convívio social



Figura 26: Parque Itaimbé
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 27: Setor esportivo do parque
Fonte: Acervo pessoal de Cássio Lorensini, 2008

3.3.3 – Espaço livre público remanescente de parcelamento

Espaço livre	Área do bairro Tancredo Neves
Caracterização	Espaço livre destinado à praça de vizinhança, oriundo de parcelamento urbano
Conflitos	Espaço livre destinado à área comunitária, mas ocupado, progressivamente, por edificações. Falta infra-estrutura, tratamento paisagístico e espaços adequados para estar, lazer, esporte e/ou recreação. Sua configuração atual gera insegurança, proliferação de insetos e inibe a integração social
Potencialidades	Área de respiro para o bairro. Presença de vegetação
Usos públicos	Por suas condições atuais, não proporciona uso público



Figura 28: Área do bairro Tancredo Neves
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 29: Falta de tratamento adequado para local que deveria ter uma praça
Fonte: Acervo pessoal de Marcos Cartana, 2008

3.3.4 – Espaços livres, potencialmente coletivos, para finalidades específicas

Espaço livre	Campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Caracterização	A Cidade Universitária é implantada no modelo modernista. Ampla espaços livres de cunho experimental, de lazer e eventos, com desenvolvimento de atividades dirigidas de ensino, pesquisa, extensão e atendimento comunitário
Conflitos	Invasões, infra-estrutura deficiente, contaminação ambiental diversa. Falta de espaços de convivência, estar e lazer, falta de arborização e tratamento paisagístico adequado
Potencialidades	Recursos naturais, amplos espaços livres. Paisagem natural
Usos públicos	Atividades dirigidas de ensino, pesquisa, extensão, eventos e atendimento comunitário. Utilizada como área de lazer pela população de Camobi



Figura 30: Campus da Universidade Federal de Santa Maria
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 31: Avenida no interior do campus
Fonte: Acervo pessoal de Luis Guilherme Pippi, 2008

Espaço livre	Km 3
Caracterização	Área de propriedade pública junto das antigas oficinas ferroviárias do Km 3, utilizada parcialmente por atividades industriais, mas com grande porção não-operacional ociosa, na qual há vegetação em processo de regeneração espontânea e cursos d'água
Conflitos	Ocupações ilegais, descaracterização e desvalorização do patrimônio arquitetônico, barreiras visuais e sociais e degradação ambiental
Potencialidades	Proximidade ao rio Vacacaí-Mirim, vínculo na formação de corredor verde entre os morros-testemunhos e a REBIOS, preservação da memória e do patrimônio ferroviário, convívio comunitário
Usos públicos	Há uma pequena pista para caminhadas na área em uso, mantida pela empresa arrendatária e com acesso público, porém controlado. O campo de futebol do Aliado, na interface entre as duas porções, é bastante utilizado. Não há usos públicos significativos associados à parte ociosa

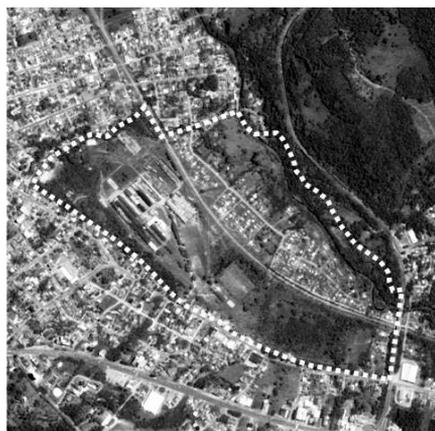


Figura 32: Km 3
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 33: Bairro Km 3, com a área das oficinas ao centro e morros do planalto ao fundo
Fonte: TRINDADE, 2006

3.3.5 – Espaços livres privados para finalidades específicas

Espaço livre	Sede Campeste do Clube Recreativo Dores
Caracterização	Espaço livre de propriedade particular, de uso dos associados. Amplas áreas de lazer, esportes e recreação ativa, com intenso planejamento paisagístico
Conflitos	Segregação espacial e social com entorno imediato
Potencialidades	Disponibilidade de áreas de estar ao ar livre, com infra-estrutura adequada, tratamento paisagístico planejado e conservação das APPs
Usos públicos	Recreação, estar, esporte e lazer, com uso intensificado sazonalmente

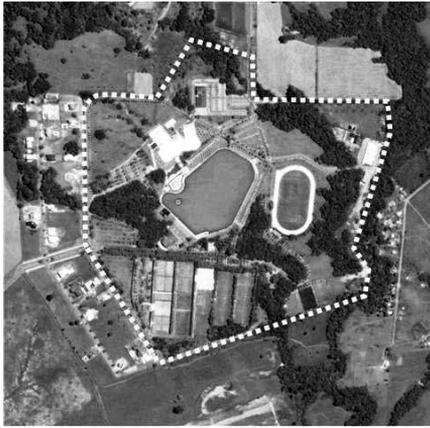


Figura 34: Sede campestre do Clube Recreativo Dores
 Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 35: Lago no Clube Recreativo Dores
 Fonte: Acervo pessoal de Luis Guilherme Pippi, 2008

Espaço livre	Parque Nossa Senhora da Medianeira
Caracterização	Espaço livre de propriedade particular, mas de uso público. Referência municipal para eventos de grande porte
Conflitos	Espaços com baixo planejamento paisagístico e ecológico, falta de equipamentos e mobiliário urbano, problemas de acessibilidade universal (portadores de necessidades especiais, crianças e idosos). Uso intenso de espécies arbóreas exóticas. Invasão e apropriação de seu lote por residências
Potencialidades	Extenso espaço livre de uso público, que acolhe intensas manifestações culturais, religiosas, econômicas e de integração social
Usos públicos	Atende a um vasto número de pessoas, principalmente em grandes manifestações populares de cunho religioso, como a Romaria Estadual da Nossa Senhora da Medianeira. Abriga também feiras, parques de diversões, festas e shows, entre outros eventos



Figura 36: Parque Nossa Senhora da Medianeira
 Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 37: Altar no qual é celebrada a missa da romaria
 Fonte: Acervo pessoal de Cássio Lorensini, 2007

3.3.6 – Espaços livres públicos de conservação

Espaço livre	Barragem do DNOS
Caracterização	Reservatório responsável por 37% do abastecimento de água da cidade. A faixa de 100 metros em seu entorno é de poder municipal e está destinada, por lei, a ser um parque municipal desde 1992 – consta como prioridade desde o Plano Diretor de 1979 e também no PDDUA atual. É pertencente à microbacia da APA do Vacacaí-Mirim e está na zona limítrofe com a REBIOS
Conflitos	Ocupações irregulares por habitações de baixa renda, clubes e sítios de lazer. Poluição por efluentes e lixo. Projetos propostos que não estão de acordo com o real potencial do local. Insegurança. Assoreamento do lago e desmatamento da APP
Potencialidades	APA do Vacacaí-Mirim, REBIOS, potencial ecoturístico, resgate histórico cultural, práticas desportivas, recursos naturais e conexão com espaços do entorno
Usos públicos	Prática de canoagem, contemplação e banho no lago



Figura 38: Barragem do DNOS
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 39: Vista da barragem
Fonte: Acervo pessoal de Luis Guilherme Pippi, 2005

Espaço livre	Arroio Cadena
Caracterização	Arroio, que percorre boa parte da área urbanizada, estando em algumas partes canalizado. Atualmente é alvo de projetos que visam à recuperação da mata ciliar de uma pequena gleba, com a relocação de famílias e criação de áreas de lazer
Conflitos	Ocupações irregulares, poluição por efluentes domésticos e depósito de lixo, desestabilização das margens, retificação de seu curso em alguns pontos, faixa de APP não-respeitada
Potencialidades	Recurso hídrico, potencial para implantação de parques lineares
Usos públicos	Utilização da água para irrigação de hortas e consumo de animais domésticos



Figura 40: Arroio Cadena
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 41: Ocupação ilegal e assoreamento das margens
Fonte: TRINDADE, 2006

Espaço livre	Rio Vacacaí-Mirim
Caracterização	Rio que tem seu curso no perímetro norte, a leste da cidade. Alimenta a barragem do DNOS e, ao longo de seu leito, existem diversos usos como lavouras de arroz, pomares, hortas e assentamentos de baixa renda. Em sua microbacia há uma APA federal
Conflitos	Contaminação devido a lavouras, efluentes domésticos e lixo depositado. Em seu trecho dentro do perímetro urbano, a mata ciliar é bastante degradada e, em alguns pontos, inexistente. Em boa parte de seu trecho rural a APP também não é respeitada
Potencialidades	Recurso hídrico, recursos naturais e potencial para implantação de parques lineares
Usos públicos	Utilização da água para irrigação. Lazer e recreação da população de baixa renda (banhos no rio)



Figura 42: Rio Vacacaí-Mirim
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 43: Aspecto do rio na área urbana
Fonte: TRINDADE, 2006

3.3.7 – Espaços livres privados de conservação com uso restrito

Espaço livre	Sítio Paleontológico da Alemoa
Caracterização	Importante sítio arqueo-paleontológico dentro da área urbana do município
Conflitos	Ocupação urbana, falta de políticas efetivas de preservação dos recursos fósseis e de turismo científico-cultural
Potencialidades	Grande riqueza natural no campo da paleontologia e arqueologia. Conectividade com demais áreas de interesse ecológico
Usos públicos	Pesquisas científicas por integrantes da UFSM. Não proporciona uso público

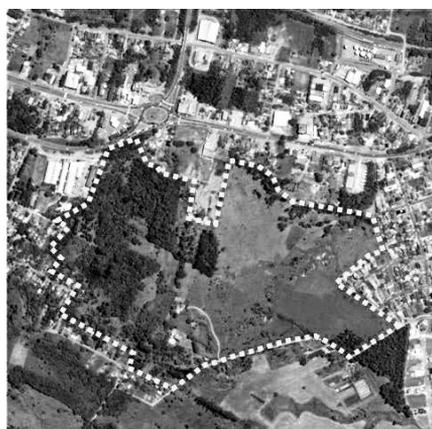


Figura 44: Sítio Paleontológico Alemoa
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 45: Indicação e delimitação da área
Fonte: Acervo pessoal de Luis Guilherme Pippi, 2008

Espaço livre	Parque Vicente Palotti
Caracterização	Espaço livre particular, com aproximadamente 10 ha, inserido na malha urbana do município, com significante potencial ecológico. Remanescente da Floresta Atlântica
Conflitos	Invasão, depredação de divisas, poluição hídrica e desmatamento
Potencialidades	Um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica da área urbana do município. Possui conjuntos florestais significativos e berço de avifauna nativos. Abriga diversas nascentes e cursos d'água. Beleza paisagística marcante
Usos públicos	Área característica de resguardo ambiental, aberto à visitação ecológica e à pesquisa científica mediante autorização da instituição proprietária



Figura 46: Parque Vicente Palotti
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 47: Vista da área correspondente ao parque
Fonte: VALENTINI, 2007

Espaço livre	Morro Cechella
Caracterização	Morro localizado a nordeste da cidade, constituindo, com a barragem do DNOS, uma unidade de grande beleza paisagística na zona limítrofe com a REBIOS. Foi utilizado para extração de basalto até a década de 1970. É um importante mirante natural da cidade
Conflitos	Ocupações irregulares em sua base, forte pressão antrópica, desmatamento, insegurança, depósito de lixo. Inexistência de mobiliário, sinalização e controle. Existência de um polêmico projeto que prevê a construção de uma estátua de 60 metros de altura em seu topo
Potencialidades	Recursos naturais, vegetação nativa, potencial ecoturístico, prática de esportes de aventura, lazer e contemplação
Usos públicos	Prática de rapel, montanhismo e <i>trekking</i> . Contemplação e mirante para a cidade



Figura 48: Morro Cechella
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008

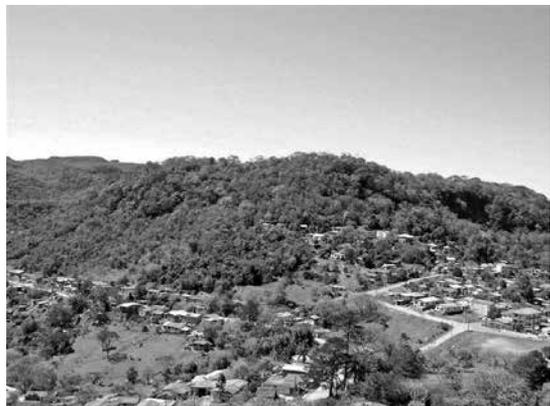


Figura 49: Ocupação das encostas do morro Cechella
Fonte: Acervo pessoal de Luis Guilherme Pippi, 2005

3.3.8 – Espaços livres privados não-utilizados

Espaço livre	Vazios urbanos no bairro Camobi
Caracterização	Localizados entre o centro da cidade e o campus universitário da UFSM, esses espaços livres urbanos são subutilizados, já que possuem acesso à infra-estrutura como sistema viário, energia, iluminação e abastecimento de água potável
Conflitos	A subutilização desses espaços eleva os custos da infra-estrutura urbana, cria tensões econômicas e sociais e aumento da especulação imobiliária
Potencialidades	Constituem áreas de respiro para o bairro. Presença de vegetação, baixa densidade populacional. Alguns desses espaços são cultivados com pequenas plantações, outros com criação de animais (gado, principalmente)
Usos públicos	No geral, não proporcionam uso público



Figura 50: Vazios urbanos no bairro Camobi
Fonte: Elaborado a partir de Google Earth, 2008



Figura 51: Vista aérea de Camobi
Fonte: IBIAS, 2006

4 – O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA LEGISLAÇÃO

Adotando-se uma metodologia de análise do tipo dedutiva – e até mesmo para respeitar a hierarquia administrativa de um estado federativo, parte-se da legislação federal, passando-se pela estadual para só então abordar a municipal, esta responsável primeira pela política urbana em país de tradição municipalista como o nosso.

4.1 – Legislação federal e estadual

A legislação federal, até hoje utilizada como limitadora do uso abusivo do solo, é o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n. 4.771/65) editada há mais de 40 anos, quando o Brasil era tido como o “celeiro do mundo” e a selva amazônica ainda ins-

pirava as mais variadas fantasias em aventureiros dos quatro cantos do planeta. Essa lei introduziu limitações ao uso do solo, inicialmente rural, como é o caso da chamada Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Alterada em 1990, visando à introdução dessa última categoria em área urbana e, muito embora com algumas imprecisões conceituais (como “vegetação natural”, por exemplo), é ainda um dos instrumentos mais eficientes em termos de proteção dos espaços livres.

Outro dispositivo federal a ser observado é a Lei do Parcelamento do Solo (Lei Federal n. 6.766/79) que prevê áreas destinadas à circulação, à recreação e ao uso institucional, em empreendimentos do tipo loteamento. Essa legislação sofreu considerável flexibilização, com a introdução de alterações que possibilitam a dispensa da destinação de áreas públicas em função da ocorrência de proporcionalidade entre aquelas já existentes e a previsão municipal de adensamento populacional para a zona. Tal recurso tem se prestado ao avanço da especulação imobiliária, uma vez que, desde então, são freqüentes os casos de pressão por parte do setor imobiliário, no sentido da dispensa de destinação de áreas públicas, com base em previsões de adensamento dissimuladas.

Essa norma ainda prevê as chamadas áreas *non aedificandi*, na proporção de 15 m (de cada lado) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos (artigo 4º, II). Como a própria expressão denota, trata-se da impossibilidade de edificar em tais locais e, no caso dos recursos hídricos, por exemplo, tal área torna ainda mais limitada a intervenção em APPs. Entretanto, ao contrário do que muitos pensam, não é proibido construir em APPs: o que a lei impede é o parcelamento do solo (loteamento/desmembramento), mas quando se trata de área já parcelada, anteriormente à edição da Lei n. 4.771/65, a supressão de vegetação em tais espaços pode ser autorizada.

Por fim, a Lei n. 9.985/00 reestruturou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), classificando as unidades em dois grandes grupos, cujo diferencial é o nível de interferência humana permitida. Assim, aquelas nas quais a intervenção do ser humano é tolerada são denominadas Unidades de Uso Sustentável, enquanto as outras, mais restritas, denominam-se Unidades de Proteção Integral. Dentre as primeiras, encontra-se a chamada Área de Proteção Ambiental (APA), categoria que tem uma representante em Santa Maria, denominada APA do Vacacaí-Mirim, cujas áreas constam no Plano Diretor Municipal como limitadores ao crescimento da cidade na direção norte.

Já em âmbito estadual, além do Código Florestal (Lei n. 9.519/92), que, praticamente reproduz o federal, Rio Grande do Sul foi pioneiro na elaboração de um Código Estadual do Meio Ambiente (Lei n. 11.520/00). Nessa lei o conceito de APP, por exemplo, aproxima-se mais daquilo que pode ser compreendido como um verdadeiro sistema, pois suas ocorrências não são mais alistadas casuisticamente, traduzindo-se em uma categoria aberta a uma série de possibilidades.

“Áreas de preservação permanente: áreas de expressiva significação ecológica amparadas por legislação

ambiental vigente, considerando-se totalmente privadas a qualquer regime de exploração direta ou indireta dos Recursos Naturais, sendo sua supressão apenas admitida com prévia autorização do órgão ambiental competente quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, após a realização de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).” (RIO GRANDE DO SUL, 2000, art. 14, IX)

Da mesma forma, a lei tratou de proteger a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com ocorrência em parte do estado e do município de Santa Maria, como já referido.

4.2 – Legislação Municipal: O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 9.985/00) define o plano diretor como o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana municipal e não se trata de um documento estático, mas passível de reavaliações permanentes. Dessa forma, cabe ao estudo analisar o que o plano diretor em vigor na cidade prevê em relação aos espaços livres, a fim de aprimorar seu entendimento e discussão.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Santa Maria (Lei Complementar n. 034/2005) foi criado pela prefeitura em convênio com a fundação argentina CEPA – Centro de Estudos e Projetos Ambientais. Na tentativa de legitimar um processo participativo de elaboração, foi discutido ao longo de quatro anos, com diversos atores sociais, entrando em vigor no ano de 2006.

Formalmente, o PDDUA está composto por políticas, programas e projetos que obedecem a diretrizes e premissas gerais. Dentre as diretrizes, destacam-se aquelas que trazem, em seu escopo, a garantia do direito à cidade sustentável, a gestão democrática por meio da participação popular, a cooperação público-privada e a preservação do ambiente natural e construído (Art. 2). As premissas defendem a descentralização das atividades visando a uma melhor acessibilidade e distribuição dos serviços, bem como a garantia do manejo adequado dos recursos relacionados à identidade das comunidades e aos bens naturais e culturais (Art. 3).

A partir daí é proposto o modelo espacial urbano para Santa Maria, baseado no conceito de cidade linear, densificada e multipolar (Art. 36). Assim, seguindo as diretrizes das políticas urbanas, os espaços livres são destacados nesse modelo, com o Sistema de Áreas Naturais de Interesse Sociocultural, que atribui uso aos vazios urbanos e define a macroforma da cidade. Dentro das diversas políticas existem estratégias para viabilizar economicamente a criação, manutenção e gestão desses espaços, fazendo uso das parcerias público-privadas e das operações urbanas consorciadas.

Nesse contexto, os espaços livres são objetos das políticas integrantes do plano em diversas escalas. A escala municipal é tratada na Política de Manejo Sustentável da

Área de Influência da REBIOS (Art. 8), que tem por objetivo incorporar, ao planejamento municipal, o manejo sustentável dessas áreas e na Política de Pesquisa, Divulgação e Preservação Permanente do Patrimônio Paleontológico e Arqueológico (Art. 9), a tratar dos sítios paleontológicos onde estão previstos, entre os projetos, o zoneamento dos sítios e a criação de um parque paleontológico.

Na escala urbana, a Política de Estruturação, Uso e Mobilidade Urbana (Art. 11) focaliza a acessibilidade à cidade e a questão da identidade e do patrimônio. As áreas públicas possuem estratégias (Art. 16) que visam ao planejamento e estímulo à implantação de equipamentos sociais e à criação de espaços públicos integrados com o entorno, privilegiando o acesso de pedestres e transporte coletivo. Outra estratégia é a de recuperação dos espaços de convívio existentes e da posse das áreas públicas invadidas (com exceção das que são objeto de regularização fundiária), além da revisão das áreas cedidas com o objetivo de compatibilizar suas finalidades às necessidades da cidade¹.

Ainda nessa política são encontradas diretrizes para o patrimônio e a paisagem urbana (Art. 18), das quais se salientam a garantia do direito do cidadão à fruição da paisagem e a garantia da qualidade ambiental do espaço público. Igualmente, é assegurada a participação da comunidade na identificação, valorização, criação, preservação, conservação e gestão dos elementos significativos do patrimônio e da paisagem urbana.

A Política de Manejo dos Recursos Naturais Urbanos (Art. 19 e 20) trata das áreas naturais urbanas e seus entornos. No que se refere às áreas verdes, tem como objetivo a ampliação destas, procurando atingir ou superar o valor de 16 m² de área verde por habitante, índice esse com credibilidade e aplicabilidade contestadas (MACEDO, 1995). Pretende-se implementar um Sistema de Áreas Verdes do Município, sendo assegurados os usos compatíveis com a proteção ambiental e restauradas as áreas degradadas integrantes do sistema. É uma das diretrizes a criação de corredores ecológicos para interligar as áreas do Sistema de Áreas Verdes às áreas de importância ambiental e regional. Também se visa promover a conexão dos microespaços abertos pela arborização de vias públicas e de canteiros centrais.

Na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar n. 033/2005), em seu anexo 12, encontra-se o Mapa Temático das Áreas Especiais Naturais (apresentado a seguir), que ilustra a reorganização proposta para os ambientes naturais por meio do uso do solo urbano. Entretanto, atualmente, não se percebe nenhuma aplicação efetiva de tais preceitos e o que prevalece são as degradações ambientais, principalmente nas áreas de maiores potencialidades paisagísticas.

Por ser recente, o PDDUA ainda não produziu resultados explícitos na paisagem, porém, ao se confrontar suas deliberações com o tratamento dado às questões urbanas, mesmo após sua implementação, as contradições se tornam evidentes. As diretrizes ditas “sustentáveis” estão longe de concretizarem-se, uma vez que o poder público, ao mesmo tempo em que prega a interligação das áreas naturais, fomenta a implantação de equipamentos e construções desarticuladas e causadoras de impacto à paisagem da cidade.

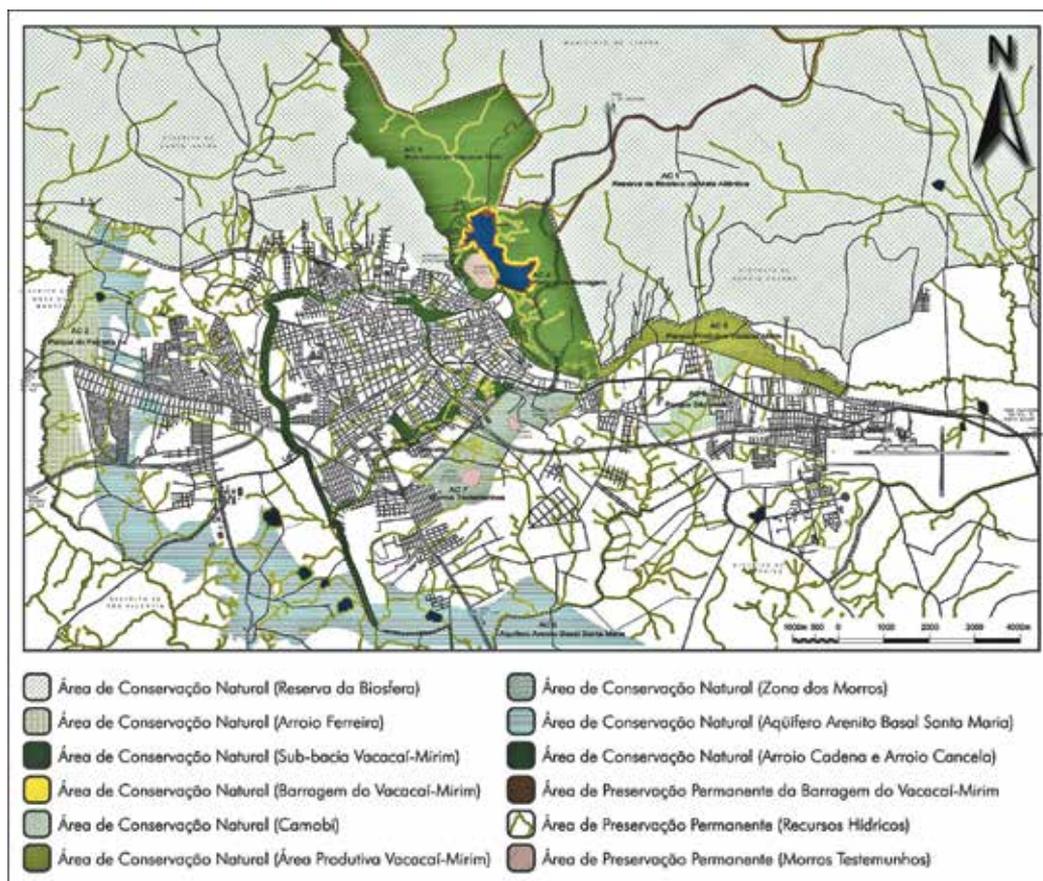


Figura 52: Áreas especiais naturais, conforme o atual Plano Diretor Municipal
Fonte: Santa Maria, 2005

Finalmente, torna-se significativo abordar um fato recente na história da coletividade de Santa Maria. Com um convênio firmado entre a prefeitura e a Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM), viabilizou-se a concepção e execução do Centro de Eventos de Santa Maria – equipamento há muitos anos reclamado pela comunidade. Todavia, o local escolhido para tal empreendimento, o Centro Desportivo Municipal (CDM), possui seu uso público consolidado, como área de lazer e práticas esportivas. Condicionada à instalação do Centro de Eventos na área do CDM, está a criação de um parque municipal, junto do bairro Nonoai, como compensação a essa supressão de área livre pública.

Associações dos diferentes usuários do CDM, moradores de seu entorno imediato e técnicos mobilizaram-se para tentar sensibilizar as entidades proponentes a reverter esse processo. Por outro lado, a comunidade do bairro Nonoai passou a defender o Centro de Eventos no CDM, buscando, na verdade, garantir seu parque local. Atualmente, o Centro de Eventos está em avançada construção no interior da pista de caminhadas do CDM, comprometendo a qualidade do espaço e das atividades tradicionalmente ali realizadas, conforme já era esperado. Percebe-se, assim, não somente a influência

do poder econômico a conduzir a tomada de decisões da administração municipal quanto aos espaços livres públicos, mas também ao modo com que se deturpa a participação popular.



Figura 53: Pista de caminhada do Centro Desportivo Municipal e construção do Centro de Eventos
Fonte: Acervo pessoal de Marcos Cartana, 2008

Casos como esse refletem o grau de prioridade conferido às questões ambientais, culturais e patrimoniais. Dessa forma, o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Santa Maria nasce sem credibilidade, correndo o risco de ser somente uma lista contendo uma série de programas e projetos a serem implementados, sem qualquer perspectiva de prioridade, ou mesmo de controle social.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentado contempla o início das fases teórico-conceitual e contextual sobre os sistemas de espaços livres da cidade de Santa Maria-RS. Com a apresentação do processo de criação e do desenvolvimento histórico da cidade e a descrição do espaço físico natural singular, o grupo SEL Santa Maria apresentou um panorama abrangente, no qual o leitor pôde compreender a evolução e a atual configuração da cidade e, conseqüentemente, de seus espaços livres. A análise da legislação, em suas diferentes instâncias, também se tornou necessária para a melhor compreensão do quadro atual dos espaços livres na cidade de Santa Maria, destacando-se o atual PDDUA.

Pontualmente, foram localizados e descritos alguns desses espaços, classificados dentro de uma conceituação proposta pelo grupo QUAPÁ-SEL, núcleo São Paulo. O objetivo dessa síntese foi apresentar alguns dos espaços mais significativos dentro de uma escala local, para um melhor entendimento de suas características e relações com o entorno.

Com base no diagnóstico apresentado, atesta-se que o sistema de espaços livres de Santa Maria possui grandes potencialidades de conexões e de estruturação hierárquica que resultariam em uma considerável melhora de vida e de proteção cultural e ambiental. Entretanto, pelo descaso com os quais os espaços livres são tratados, há uma visível tendência de torná-los cada vez mais fragmentados, mal distribuídos e escassos, deixando de atender satisfatoriamente às suas funções. Porém, a visão técnica desse tema distancia-se do modo como a população santa-mariense interpreta e relaciona-se com esses espaços. Portanto, é responsabilidade primordial dos técnicos buscar e estimular a efetiva participação da população na reivindicação e manutenção de espaços realmente públicos e de qualidade.

A próxima etapa do trabalho será a complementação das etapas teórico-conceitual e contextual – de Santa Maria e região – as quais servirão de base para a etapa operacional, quando a elaboração e análise dos mapas temáticos (nas três escalas de abordagem) caracterizarão plenamente os sistemas de espaços livres na região de Santa Maria. Utilizando a padronização proposta pelo grupo QUAPÁ-SEL, os dados levantados darão suporte para o apontamento de falhas e potencialidades, assim como possíveis soluções que deverão ser integradas ao processo de planejamento e gestão desses espaços, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada e pela comunidade.

Notas

- (1) Estimativas da população para o ano de 2006 calculadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do governo do Rio Grande do Sul.
- (2) As reservas da biosfera são áreas de ecossistemas definidas pela Unesco como mundialmente importantes para a conservação da biodiversidade. A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Brasil, criada em 1991, constitui a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, contendo áreas de 15 estados brasileiros. No Rio Grande do Sul abrange cerca de 17% do território, em que uma de suas áreas prioritárias se localiza na região da Quarta Colônia, nas proximidades de Santa Maria. Os entornos norte e nordeste de Santa Maria integram as zonas de amortecimento e de transição da reserva, devendo minimizar os impactos negativos causados pela zona urbana à integridade do bioma (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Bibliografia

- ACERVO PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA – UFSM. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), s/d.
- BELÉM, J. *História do município de Santa Maria, 1797-1933*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1933.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. *Inventário florestal nacional: Florestas nativas do Rio Grande do Sul*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1983.
- BUDOVSKI, V.; MARCO, Alba I. Di; ALVAREZ, T. Esquema de investigación y proceso metodológico para la materia electiva de Gestión Ambiental del Paisaje. *El Estudio Integrado del Paisaje (Módulo II)*. Córdoba: UNC/FAUD – GAP, 2006.
- BURIOL, G. A. et al. Clima e vegetação natural do estado do Rio Grande do Sul segundo o diagrama climático de Walter e Lieth. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v.17, n. 2, p. 91-100, 2007.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Resumo estatístico do RS*. Secretária de Planejamento e Gestão, governo do estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalle.php?municipio=Santa+Maria>. Acesso em: 22 abr. 2008.
- GERLOFF, G. *Romaria da Medianeira*. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/5913827>>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- GOOGLE EARTH. *Recortes de imagem de satélite*. Google TM, 2008. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>.
- HIJIOKA, A. et. al. Espaços livres e espacialidades da esfera de vida pública: Uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 23, p. 116-123, 2007.
- IBIAS, G. *Vão panorâmico inédito (Porto Alegre-Santa Maria)*. Outubro 2006. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=417549>>. Acesso em: 22 abr. 2008.
- LOPES NETO, J. S. *Contos gauchescos*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983.
- LORENSINI, C., et al. Equívocos no planejamento urbano de Santa Maria-RS. *Arquitextos*, São Paulo: Online, v. 81, p. 402, 2007.
- MACEDO, S. S. Espaços Livres. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP n. 7, p. 15-56, 1995.
- MACIEL FILHO, C. L. *Carta geotécnica de Santa Maria*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1990.
- MAGNOLI, M. M. Espaço livre: Objeto de trabalho. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, São Paulo: FAUUSP, n. 21, p.175-198, 2006.
- MALLMANN, C. L. *Parque urbano ambiental da barragem do rio Vacacaí-Mirim – Análise da paisagem, planejamento e proposições paisagísticas*. 2007. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2007.
- MARCHIORI, J. N. C. *Fitogeografia do Rio Grande do Sul: Enfoque histórico e sistemas de classificação*. Porto Alegre: Edição EST, 2002.
- MARCHIORI, J. N. C. *Fitogeografia do Rio Grande do Sul: Campos sulinos*. Porto Alegre: Edição EST, 2004.
- MARCHIORI, J. N. C.; NOAL FILHO, V. A. (Org.) *Santa Maria: Relatos e impressões de viagem*. Santa Maria: UFSM, 1997.
- PEDRON, F. de A. et al. Análise da dinâmica espacial da ocupação das terras e seus conflitos de uso no perímetro urbano de Santa Maria, RS (1975-2002). *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 36, n. 6, p. 1.756, 2006.
- PREFEITURA DE SANTA MARIA. *Economia*. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2008.
- RECHIA, A. A. *Santa Maria: Cidade-sol coração gaúcho*. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1985.
- REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. *Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Poder Executivo, Brasília-DF, 16 set. 1965.
- _____. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Poder Executivo, 1979.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Poder Executivo, 19 jul. 2000.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei n. 11.520, de 03 de agosto de 2000*. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Governo do estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/lcodma.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

_____. *Lei n. 9.519, de 21 de janeiro de 1992*. Institui o Código Florestal Estadual do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/lei_9519.htm>. Acesso em: 22 abr. 2008.

RIO GRANDE DO SUL. *Reserva da biosfera da Mata Atlântica (REBIOS)*. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/bioresbi.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

SALAMONI, G. F. *Intervenção em área de interesse social: Nova Santa Marta – Santa Maria – RS*. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Mônica-RS, 2002.

SANTA MARIA. *Lei Complementar n. 033/2005*. Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

SANTA MARIA. *Lei Complementar n. 034/2005*. Dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano e sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

SERRA, G. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987.

TREVISAN, R. F. *Levantamento socioeconômico ambiental da área ferroviária desativada/Km 3 de Santa Maria-RS*. Trabalho final (Especialização) – Faculdades Franciscanas, Santa Maria-RS, 1998.

TRINDADE, L. C.; PIPPI, L. G. A.; CARTANA, M. *Evolução urbana e caminhos para a requalificação da área das Oficinas do Km 3*. In: X ENCONTRO DE HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL – CIDADES GAÚCHAS: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS, 2006, Caxias do Sul-RS. *Anais...* Caxias do Sul-RS, 2006. CD-ROM

TRINDADE, L. C. *Perspectivas para o Km 3. Santa Maria, 2006*. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Mônica-RS, 2007.

VALENTINI, D. R. *Proposta de revitalização arquitetônico-paisagística para o Parque São Vicente Pallotti. Santa Maria, 2007*. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Mônica-RS, 2007.